Anais do IX Encontro Internacional de História Colonial – EIHC 2023



Praça de São Francisco, São Cristóvão, Sergipe

Dimensões globais e locais dos impérios coloniais: redes, circulação e dinâmicas (sécs. XV-XIX)

Anais do IX Encontro Internacional da História Colonial – EIHC 2023

Dimensões globais e locais dos impérios coloniais: redes, circulação e dinâmicas (sécs. XV-XIX)

Edna Maria Matos Antonio
Fernanda Carolina Pereira dos Santos
Carlos de Oliveira Malaquias
Luciene Lages (orgs.)

.

As opiniões expressas nos resumos e textos são de inteira responsabilidade de seus autores. Salvo pela correção de problemas mais evidentes de digitação, os resumos foram editados tal como submetidos pelos autores

Revisão e diagramação: Luciene Lages
Foto da capa (acervo pessoal):
Praça de São Francisco,
São Cristóvão, Sergipe

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

E56a

Encontro Internacional da História Colonial (9. : 2023: São Cristóvão, SE)
Anais do 9. Encontro Internacional da História Colonial : dimensões globais e locais dos impérios coloniais: redes, circulação e dinâmicas (sécs. XV-XIX) : 17 a 20 de outubro de 2023, São Cristóvão (SE) / Edna Maria Matos Antonio (org.)...[et al]. – São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2023.
1218 p.: il.

ISBN: 978-85-7822-756-2

1. Historiografia. 2. Imperialismo. 3. Movimentos antiimperialistas. 4. Miscigenação. 5. Diáspora africana. I. Antonio, Edna Maria Matos. II. Santos, Fernanda Carolina Pereira dos. III. Malaquias, Carlos de Oliveira. IV. Lages, Luciene. V. Título.

CDU 930.2

Brasil
2024

.

Dimensões globais e locais dos impérios coloniais: redes, circulação e dinâmicas (sécs. XV-XIX) 17/10 a 20/10/2023. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE

REALIZAÇÃO: Programa de Pós-Graduação em História - PROHIS/UFS, Departamento de História – DHI/UFS
APOIO: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Coordenação de Pós-Graduação – COPGD/UFS









SUMÁRIO

Indígenas das capitanias do Norte e suas relações interculturais com a predação marítima (c.1654-c. 1688)

Hugo André Flores Fernandes Araújo [15]

Resumo: Indígenas, corsários e piratas criaram e mantiveram vínculos que ameaçaram a soberania portuguesa nas capitanias do Norte, sobretudo no período posterior à capitulação neerlandesa. Piratas e corsários negociaram com os indígenas produtos como pau-brasil, provisões e outras mercadorias, além de obter informações acerca do trânsito naval e das fragilidades defensivas. Ao passo que os grupos indígenas obtiveram diversos produtos europeus, bem como armas de fogo e pólvora. Essas interações repercutiram em terra e no mar, uma vez que esse período foi marcado pela "Guerra dos Bárbaros", uma série de combates aos povos indígenas que resistiam ao jugo português, assim como por incursões de predação marítima ao longo da costa da América Portuguesa. Analisaremos como essas relações nos ajudam a entender as dinâmicas que permeavam a predação marítima na segunda metade do século XVII, mostrando como esses contatos interferiam na segurança costeira e nos conflitos travados no interior do Estado do Brasil. Utilizaremos uma gama variada de fontes que incluem correspondências trocadas por autoridades políticas, militares e religiosas; folhetos impressos e relatos de viagem entre outras fontes em língua estrangeira.

Palavras-chave: Indígenas. Piratas. Corsários.

[15] Pós-doutorando no PPGH/UFSM, Bolsista no projeto Encontros Piratas (CNPq/FAPERGS), hugoaffa@hotmail.com. Agradeço aos comentários e sugestões de Adriano Comissoli, Arthur Curvelo, Murillo Dias Winter e Marcos Arthur Viana da Fonseca.

Introdução:

A capitulação dos holandeses em Pernambuco em 1654 não pôs fim às relações entre neerlandeses e indígenas na América Portuguesa. A historiografia especializada já destacou que as relações entre agentes da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) eram anteriores ao estabelecimento do Brasil Holandês, em contatos construídos com Potiguaras, Tarairiús e Tabajaras (BOXER, 2004; SCHALKWIJK, 2004; MEUWESE, 2020; BEL, FRANÇOZO, 2023, p. 20-33). Os laços mantidos transformaram-se no *post-bellum*, uma vez que os indígenas aliados dos holandeses resistiram ao jugo português, refugiando-se nos sertões distantes dos núcleos populacionais portugueses, aonde mantinham contato com embarcações de corsários e piratas de várias nações.

Analisaremos como essas relações nos ajudam a entender as dinâmicas que permeavam a predação marítima na segunda metade do século XVII, mostrando como esses contatos interferiam na segurança costeira e nos conflitos travados no interior do Brasil. Nossa análise se dará a partir da relação de informações dispersas por vários tipos documentais (correspondências, consultas, relatórios, devassas), de modo a recuperar interações entre indígenas e estrangeiros, analisando como essas trocas interculturais interferiram nos contextos do Atlântico Português.

Tabajaras, potiguares e pechelingues:

Com o fim da guerra o mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes incluiu no tratado de rendição dos holandeses uma cláusula (10ª) concedendo perdão "a todos os rebelados, especialmente a Antônio Mendes e demais índios de sua Nação e também, aos mulatos e negros" (MELLO, 2018. p. 303). Em Maio de 1654 o governador de Pernambuco havia constatado que "os índios que estavam nas capitanias do Norte particularmente nas de Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande, se ausentaram obstinadamente sem se lembrarem da obediência que devem a El Rei de Portugal". [1] Por esta razão, Francisco Barreto reforçou o perdão geral, esclarecendo que se estendia a "todos os índios de qualquer nação que seja, de todos os erros e rebeldias passadas, as quais dou por esquecidas, como se nunca fossem cometidas". [2] Uma parte significativa dos antigos aliados dos holandeses permaneceu reticente e incrédula com a promessa, buscando refúgio na capitania do Ceará, na serra de Ibiapaba. A memória do tratamento que os portugueses dispensaram aos potiguares capturados em 1645 [3] era mais forte do que qualquer promessa de perdão (MEUWESE, 2011, p. 208; MEUWESE, 2014, p. 62). Mathias Beck, veterano das expedições em busca de prata no Ceará, escreveu aos Estados Gerais informando que cerca de 4000 indígenas se deslocaram por terra de Pernambuco e Itamaracá até o Ceará. Beck relatou que os indígenas temiam represálias dos portugueses e também criticavam abertamente os neerlandeses pela capitulação (BECK, 1956, p. 29; HEMMING, 1978. p. 310-311). Naquela região afastada dos núcleos populacionais lusos esses indígenas criaram uma comunidade que chamavam de

[1] 04/05/1654. AUC, CA, Cod. 31, f. 14v.

[2] 04/05/1654. AUC, CA, Cod. 31, f. 14v.

[3] Durante as ações iniciais da insurreição pernambucana, os luso-brasileiros capturaram a guarnição de Serinhaém em Agosto de 1645. Tomaram os neerlandeses como prisioneiros, executaram os guerreiros indígenas e escravizando suas mulheres e crianças. A justificativa apresentada para a ação se fundamentava na compreensão de que os indígenas eram vassalos portugueses que haviam se rebelado e colaborado com o inimigo.

Cambressive, aonde viviam e professavam a sua versão da Religião Reformada, na qual haviam sido introduzidos pelos pregadores calvinistas neerlandeses (HULSMAN, 2006. p. 52).

Em Fevereiro de 1654, pouco tempo após a capitulação no Recife, os líderes indígenas Antônio Paraupaba (regedor potiguar no Rio Grande) e Domingos Fernandes Carapeba (regedor potiguar em Pernambuco e Itamaracá) deixaram a fortaleza do Rio Grande rumo aos Países Baixos a fim de peticionar perante aos Estados Gerais, na esperança de convencer as autoridades neerlandesas a lançarem uma nova investida para recuperar os territórios perdidos no Brasil (HULSMAN, 2006. p. 47; VIRAÇÃO, 2018, p. 119). Refugiado em Barbados após a capitulação, Mathias Beck também advogou pela tentativa de recuperação do Brasil: "creio que os ditos Brasilianos não tardarão muito a formar de novo ao nosso lado, tão logo seja enviada ali alguma força de importância, na qual se possam fiar". (BECK, 1956, p. 31) Além disso, um número não determinado de indígenas optou pelo exílio, buscando a proteção neerlandesa no Caribe, em especial em São Cristóvão e Tobago. (BINDER, 1976. p. 34.)

Antes de partir com a guarnição neerlandesa do Rio Grande, Peter Hansen Hajstrup deixou por escrito instruções para os indígenas, informando como eles poderiam identificar embarcações neerlandesas que viessem à costa e "firmar sua lealdade e amizade para com os holandeses". (HAJSTRUP, 2019, p. 143.) [4] Como veremos, a capitulação não foi entendida como desistência por muitos neerlandeses. Alguns oficiais da WIC que haviam servido no Brasil apresentaram propostas e planos para retomar partes do território na América do Sul. Esses planos possuíam um elemento significativo em comum, a busca ativa pela cooperação dos indígenas, sempre retratados como aliados fundamentais durante a ocupação neerlandesa. Otto Keye, um oficial holandês com experiência no Brasil, foi procurado para elaborar um plano para tomada do Rio de Janeiro em março de 1655 (SCHWARTZ, 2014, p. 53), mas não há indício que qualquer medida tenha sido tomada para realizar esse plano. O neerlandeês Caspar van Heusen elaborou outro plano apresentado em abril de 1655, no qual buscava a cooperação do administrador holandês em Tobago para enviar auxílio e mercadorias aos indígenas do Ceará (MEUWESE, 2014, p. 66-67).

As fontes portuguesas também informam sobre esses planos, como a consulta do Conselho Ultramarino de agosto de 1657, na qual se discutia uma informação enviada por Antônio Raposo, agente português em Amsterdã. De acordo com a informação se preparava uma expedição zelandesa para povoar um porto localizado à "cinquenta léguas abaixo do Maranhão" a partir do qual utilizariam para "recolher-se da Costa do Brazil com as prezas que nela tomarem".[5] No mês seguinte, o alerta era reforçado por Antônio de Albuquerque Maranhão, procurador do Estado do Maranhão, indicando que a expedição seria para ocupar territórios na "Capitania do Pará e rio das Amazonas" liderada pelo antigo governador neerlandês da Paraíba "Isberto Viq" (Gijsbert de With), se valendo "para efeito de reduzir aos índios naturais daquelas partes, [de] uns índios de Pernambuco que estavam em Holanda". [6] As autoridades portuguesas alertaram os governadores e recomendaram o envio de reforços militares para a região, mas aparentemente os planos zelandeses não saíram do papel.

[4] Em seu diário Hajstrup registrou o que deixou na instrução: "Destina-se aos brasilianos, tanto da Paraíba como do Rio Grande, e também a outras nações que até hoje tem ficado fiéis ao nosso Estado. Se qualquer navio holandês chega a uma costa estrangeira, eles disparam duas vezes um tiro de canhão e içam a bandeira do Príncipe [de Orange], descendo-a duas e deixando-a no topo, na terceira." (HAJSTRUP, 2019, p. 143).

[5] 23/08/1657. Avulsos do Maranhão: AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 408.

[6] 11/09/1657. Avulsos do Maranhão: AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 409.

Entre tantos projetos de ocupação, um merece destaque: o "plano secreto" e anônimo apresentado aos Estados Gerais em Agosto de 1655, que previa a ocupação da Baía de Tamandaré, ao sul de Pernambuco, como ponto estratégico. A partir dali os neerlandeses fariam contato com negros e indígenas, alegando que Henrique Dias e Antônio Mendes lutariam contra os portugueses, buscando "que estas gentes façam a guerra no interior e, entretanto, nós fazemo-la por mar, até que chegue o grande auxílio" (TEENSMA, 2011, p. 53). O plano previa o uso de 1320 soldados e vinte e três embarcações (das quais uma seria de mantimentos para atrair os "brasileiros" como aliados) e estava acompanhado de um mapa detalhado (**Figura 1**) indicando a viabilidade do local para acomodar as tropas e servir de abrigo aos navios. Agentes portugueses possivelmente obtiveram a informação antes que o plano fosse formalmente apresentado aos Estados Gerais, pois o monarca português tomou ciência de plano semelhante e a tratou de notificar o Conde de Atouguia em janeiro de 1655, este por sua vez só recebeu a missiva em agosto do mesmo ano.[7]



Figura 1- Agosto de 1655. "Memorie over de gelegenheid van een plaats genoemd Punto B, dat negen graden ten zuiden de evenaar ligt". NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12582.8

[7] A informação foi enviada em um anexo ao governador-geral: "presume esta pessoa que tal armada irá ao distrito de Pernambuco, ao Porto de Tamandaré distante do Recife quinze léguas que é porto largo de bom fundo para muitos navios donde se pode sair com quaisquer ventos e fazendo ali um forte bem guarnecido serão senhores de toda aquela Costa". 29/01/1655. "Carta de Sua Majestade com aviso da Armada que se aprestava em Holanda e se entendia era para este Estado". BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Vol. 66 (1651-1667) Cartas régias. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944. p. 72. 02/08/1655. Atouguia menciona a carta régia recebida e adverte o governador do Rio de Janeiro para tomar precauções de defesa. "Carta para Dom Luis de Almeida". BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Vol. 5 (1650-1668): Ordens, regimentos, provisões, alvarás e correspondências dos governadores geraes: Conde de Castello Melhor; Conde de Athouguia; Francisco Barreto; Alexandre de Souza Freire; Conde de Óbidos. Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1928. p. 64-65.

Contudo, nenhum destes planos teve apoio dos Estados Gerais ou da WIC e sem apoio formal e institucional as relações entre indígenas e neerlandeses continuaram por iniciativas particulares. A experiência acumulada de navegação na costa brasileira e os contatos prévios com os "brasilianos" motivaram as ações de grupos de corsários e contrabandistas que tiravam proveito dessas interações, obtendo mercadorias e informações. Possivelmente esse é o caso do carregamento de pau-brasil que chegou até Amsterdã em Junho 1657. Jerônimo Nunes da Costa, comerciante e agente da Companhia Geral do Comércio na Holanda, alertou às autoridades portuguesas sobre a chegada de uma fragata com grande carregamento de pau-brasil, indicando que o navio havia partido do Rio Cunhaú. [8] Em novembro do mesmo ano a coroa ordenou que o governo-geral realizasse uma devassa na região para descobrir se os culpados eram "moradores daquelas partes ou índios rebeldes" porque "em Holanda se armavam mais navios para continuarem o mesmo contrato". [9] Os temores acerca de uma colaboração de moradores ou indígenas iam além do prejuízo econômico ocasionado pelo contrabando, suscitando uma investigação acerca dos contatos com estrangeiros,

> para que esta navegação se não continue e *que os inimigos com este motivo se não fortifiquem em algum daqueles portos com que se principie alguma nova guerra e sirva de abrigo aos piratas*, vos encomendo muito e mando que procureis com todo o cuidado atalhar esta nova navegação e comunicação dos holandeses fazendo juntamente todas as diligências por saber as pessoas que têm concorrido nela, por não ser possível que pudessem os ditos navios tomar carga sem se ter notícia deles nem do corte que se fez do pau-brasil, para se embarcar nos mesmos navios. [10]

A devassa conduzida na Paraíba pelo ouvidor João Tavares de Matos não encontrou prova de envolvimento ou colaboração de moradores ou indígenas da região. Nenhuma testemunha tinha avistado navios holandeses na costa da Paraíba desde a restauração de Pernambuco.[11] As testemunhas, entretanto relataram dois eventos na capitania do Rio Grande que fornecem elementos para compreender essas incursões. Francisco de Morais, testemunha que teve contato direto com os corsários neerlandeses, relatou que havia saído da Paraíba em um barco para buscar sal nas salinas próximas ao porto de "João Estau" (João Lostrão ou Lostau). Morais declarou que avistou nesse local um patacho fundeado à espera de uma lancha que partia da terra, contra a qual a testemunha "se avançou com o barco e gente que levava e pelejando com ela a rendeu com nove flamengos dos quais se mataram seis e os três trouxe

[8] Post. 25/10/1657. Avulsos da Paraíba: AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 42. Jerônimo Nunes da Costa era diretamente interessado no comércio de pau-brasil nos Países Baixos, importando esse produto regularmente de Lisboa para Amsterdã. (ISRAEL, 1984, p. 31).

[9] 20/11/1657. "Carta de Sua Majestade acerca do pau Brasil, que os holandeses levaram do Rio de Cunhau, da Capitania de Pernambuco". BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. Vol. 66 (1651-1667) Cartas régias. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944. p. 132. O pedido de devassa era reforçado por uma reclamação da Junta da Companhia Geral discutida no Conselho Ultramarino em novembro de 1657. 11/11/1657. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 7 , D. 597.

[10] Grifo nosso. 20/11/1657. DHBN, Vol. 66. p. 132.

[11] 02/09/1658. "Devassa que se tirou por especial ordem de Sua Majestade na Capitania da Paraíba sobre a carga do pau-brasil que fizeram os flamengos naqueles portos". Luiza da Fonseca. AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1734

consigo".[12] Os prisioneiros foram entregues a João Fernandes Vieira, que naquele momento servia como capitão-mor da Paraíba, e interrogados acerca dos motivos de estarem ali, da quantidade de pau-brasil que haviam conseguido embarcar e se haviam recebido ajuda de moradores ou indígenas. Os neerlandeses confessaram que estavam ali para levar uma carga de pau-brasil escondida desde o tempo em que controlavam aqueles territórios. Haviam conseguido por "dentro do patacho obra de duzentos quintais [12.000 kg]" e tudo fora feito sem "saber de gentio algum nem outra nenhuma pessoa".[13] Pedro Ferreira Sampaio, outra testemunha, menciona um evento ocorrido na mesma época nas proximidades do forte dos Reis Magos na capitania do Rio Grande, no qual o combate com os holandeses que haviam aportado deixou um saldo de quatro neerlandeses mortos, um soldado morto e outros feridos, motivando o envio de um barco à Paraíba para buscar um cirurgião. Os soldados do forte queimaram os troncos de pau-brasil encontrados para evitar que outras incursões obtivessem a carga. [14]

O interesse neerlandês em pau-brasil havia se intensificado nos anos finais da ocupação, provavelmente em razão da destruição do sistema produtivo de açúcar. As fontes neerlandesas falam de um desmatamento em larga escala entre 1652 e 1653, no qual "todo o pau-brasil das Capitanias da Paraíba e Rio Grande está cortado e dele nada mais resta até mesmo os tocos ou troncos" (MELLO, 2018. p. 207). Na época da rendição as fontes dão conta de grande quantidade de pau-brasil dispersa por 23 armazéns no Recife, e no acordo firmado para capitulação fora assegurado aos neerlandeses o direito de transportar, vender e alienar bem móveis que estivessem em sua posse (MELLO, 2018. p. 207-208). Contudo, várias caixas de açúcar e toras de pau-brasil foram deixadas em Pernambuco, uma vez que as embarcações que seguiam para Países Baixos iam abarrotadas com os civis e militares que haviam se rendido. Os principais interessados nessas cargas seguiram peticionando à coroa portuguesa, solicitando licenças para transportar esses produtos em seus navios. Entre os principais interessados estava Huybrecht Brest[15], o diretor da "Brasilse Directie", a companhia zelandesa de corso criada predar a navegação portuguesa no Atlântico. Além dele, os comerciantes judeus Abraão Martensen Cohen[16] e José Francês[17] faziam pedidos desde 1655 para poder enviar navios ao Brasil e transportar a carga. É muito provável que esses indivíduos estivessem

[12] 03/09/1658. "Testemunha: Francisco de Morais, 29 anos de idade". AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1734.

[13] 03/09/1658. "Testemunha: Francisco de Morais, 29 anos de idade". AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1734.

[14] 03/09/1658. "Testemunha: Pedro Sampaio Ferreira, 47 anos de idade". AHU_ACL_CU_005, Cx. 15, D. 1734.

[15] Brest era o responsável no Recife pela gestão dos corsários zelandeses da "Brasilse Directie". ROOS, 1992, p. 71. Na viagem de retorno aos países baixos após a capitulação, Brest carregou tanto pau-brasil no navio *Brasiliaen* que a estabilidade da embarcação ficou comprometida, de modo que para a para que a viagem pudesse prosseguir foi preciso lançar ao mar cerca "500 libras" da madeira. HAECXS, 1950, p. 152-153.

[16] 15/02/1655. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 6, D. 522. Em 1652, Cohen propôs ao Alto Conselho um contrato de fornecimento de 500 a 600 mil libras pau-brasil, gado vacum e cavalar, além de farinha, quando as tropas da WIC recuperassem o controle do território. MELLO, 1989. p. 372-373.

[17] Durante as negociações da rendição do Recife, Francisco Barreto havia concedido autorização para que João Francês pudesse carregar pau-brasil. MELLO, 1989. p. 469-470. Talvez por esse motivo ele buscasse junto à coroa autorização para obter acesso ao restante da carga no Brasil.

por trás das ações de corso que ocorreram a partir de 1654, seja financiando as expedições de predação, seja fornecendo informações vitais para essas operações. Esse curso de ação pode ter sido adotado frente às sucessivas negativas da coroa e dos governadores do Brasil[18], que guardaram essas mercadorias para utilizar nas negociações da "Paz da Holanda".[19]

Os dados da predação marítima para o período (1654-1662) apontam para uma constante atividade neerlandesa contra a navegação portuguesa, afinal a guerra foi oficialmente declarada em 1657 (BOXER, 2004, p. 351-352). Franz Binder aponta que os neerlandeses apresaram 77 embarcações nesse período, das quais 39 eram navios que faziam a rota Brasil-Portugal (BINDER, 1973, p. 68). Na medida em que o corso se intensificou as expedições guarda-costas também foram quase anuais durante esse período. Encontramos dados para 8 expedições contra corsários neerlandeses na costa da Bahia e de Pernambuco (quatro entre 1655-1656, e quatro entre 1658-1662, sem expedições para os anos 1657 e 1660).[20] Algumas informações sobre essas expedições nos fornecem elementos para compreender o *modus operandi* dos corsários nesse período. O corso era conduzido em grupos de duas a quatro embarcações, em geral uma combinação de navios e barcos de suporte. As lanchas eram usadas para abordar ou para desembarcar e trazer cargas da costa, como vimos nos casos mencionados sobre o pau-brasil. As expedições de 1655 e 1659 conseguiram capturar algumas embarcações corsárias e fazer prisioneiros. [21] Se observa a diminuição significativa da predação marítima nas décadas de 1660 e 1670, resultado direto das movimentações diplomáticas pela paz com a Holanda. (*Cf*. MELLO, 1998, p. 225-226; *Cf*. ROMMELSE, 2013, p. 23-24).

Invasões estrangeiras e revoltas indígenas eram desafios diretos ao domínio imperial, e uma eventual união de forças entre ambos era um pesadelo particular das autoridades ibéricas nas Américas e no Caribe (BIALUSCHEWSKI, 2022, Locais do Kindle 231-233). Os oficiais portugueses comungavam dessa preocupação e não pouparam esforços para coibir esses contatos. Os indígenas refugiados em Ibiapaba se tornavam motivo de preocupação crescente à medida que as notícias davam conta que a costa do Ceará era frequentada por holandeses: "ano passado [1658] foram a ela carregar de pau violete *que acharam cortado*, e deixarão dito que haviam de ir fazer uma fortaleza como avisaram a Vossa Majestade os oficiais da coroa do Maranhão".[22] Não por acaso, esses grupos indígenas foram comparados com os Araucanos do Chile, reforçando a ameaça que essas nações poderiam representar

---

[18] Francisco Barreto negou pessoalmente vários desses pedidos. 06/04/1655. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 6, D. 528.

[19] Na carta régia para Francisco de Brito Freire o monarca já indicava que essas madeiras seriam úteis nas negociações: "porque assim para o negócio da paz de Holanda como para outros se podem oferecer, convirá que este pau esteja em toda a boa guarda e com segurança."15/05/1661. "Que se pese o pau Brasil que deixaram nesta capitania dos Holandeses por falta de embarcações, conservando-se este com toda a vigilância". AUC, CA, Cod. 33. fl. 15.

[20] Essas expedições estão registradas na base de dados Encontros Piratas: EXP 001: 1655, saindo de Salvador; EXP 002: 1656, saindo de Recife; EXP 003: 1656, saindo de Salvador; EXP 004: 1658, saindo de Salvador; EXP 005: 1659, saindo de Salvador; EXP 006: 1661, saindo de Recife; EXP 007: 1662, saindo de Salvador e EXP 013: 1656, saindo de Recife.

[21] Um patacho com 32 holandeses foi apresado com toda a artilharia, munições e petrechos de guerra em 1655, e duas fragatas foram afugentadas e uma sumaca rendida com 20 holandeses na expedição de 1659. (EXP 001, EXP 005).

[22] Grifo nosso. 28/11/1659. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 613. As notícias do Maranhão são aquelas anteriormente referidas: 23/08/1657. Avulsos do Maranhão: AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 408; 11/09/1657. Avulsos do Maranhão: AHU_ACL_CU_009, Cx. 4, D. 409.

porque estavam se “fazendo poderosos por terem muita criação de éguas, e com qualquer disciplina, nos poderão fazer muito dano, como o fazem os Araucanos em Índias”. [23]

O envio de expedições para patrulhar a costa foi discutido como forma efetiva de coibir os contatos, mas a opção era apresentada como muito dispendiosa sinalizando a dificuldade de contar com contribuições em função dos “moradores estarem hoje mui faltos de cabedal a respeito das muitas contribuições a que acodem”.[24] A conversão foi apresentada como alternativa mais viável e com efeitos duradouros para controlar os indígenas, que foram descritos como “uns tapuias de nação Cariris infiéis, que facilmente receberão nossa santa fé, e sagrado batismo, distante destes há outros tapuias da casta dos Janduízes, que também receberão nossa amizade e a mesma fé se houver quem os reduza porque são soberbos e mal intencionados”.[25]

Nesse sentido, as fontes produzidas pelos padres que visitaram a serra de Ibiapaba nos revelam algumas características marcantes desses grupos nos primeiros anos após a derrocada holandesa. Os jesuítas Antônio Ribeiro e Pedro de Pedrosa partiram do Pará para Ibiapaba em Junho de 1656 (AZEVEDO, 1925, p. 474). O primeiro relato de avistamento desses indígenas foi marcado pelo estranhamento dos padres, porquanto à distância foram confundidos com náufragos estrangeiros, vistos em “uma embarcação pequena a vela, escorrendo a costa, e gente vestida de cores, marchando pela praia” (VIEIRA, 1904. p. 98). Em contato próximo o estranhamento aumentou, uma vez que os representantes indígenas traziam cartas escritas de todos os principais da Serra, em resposta a cartas enviadas cerca de um ano antes por autoridades do Maranhão. Os padres se surpreenderam com “cartas escritas em papel de Veneza, e fechadas com lacre da Índia” além de observar que estavam vestidos com “roupas de grã e de seda”. (VIEIRA, 1904. p. 99).

Os jesuítas encontraram uma serra povoada por várias nações, algumas mais receptivas aos missionários como as “três aldeias de nação Tobajara, em que contaram até mil e seiscentas almas” e várias outras “de língua não geral, alguns dos quais tinham casas e lavouras (o que é indício de serem domésticos) e viviam em paz com os Tobajaras”. (AZEVEDO, 1925, p. 475). Outro grupo definido pelos jesuítas, como “os de Pernambuco” eram aqueles indígenas que haviam sido convertidos ao protestantismo, e que, portanto, resistiam abertamente à tutela dos portugueses (MAIA, 2017. p. 146). Eles são retratados em diversas passagens da *carta do Padre Vieira* (1658)[26] e da *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba* (1660), como “hereges” e “demônios” que plantam dúvida e discórdia entre outras as aldeias da serra. Na visão do Padre Vieira esse contato prévio com os neerlandeses era o principal entrave ao estabelecimento da missão ou do deslocamento desses indígenas para o Maranhão, que era o principal objetivo dos padres naquele momento. Para Vieira,

> *Nem uns e outros estão totalmente esquecidos da amizade e dádivas dos holandeses, com quem comerciavam nesta costa*, porque quando olham para si, como eles dizem, vêem aqueles chapéus, aquelas espadas, aquelas ungarina's,

---

[23] 28/11/1659. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 613. Felipe Vander Velden sugere como essas comparações com os Araucanos foram feitas inclusive na iconografia neerlandesa, e como a idéia de “nação equestre” era entendida como uma ameaça pelas autoridades coloniais. VELDEN, 2020. p. 71-106.

[24] 28/11/1659. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 613.

[25] 28/11/1659. Avulsos de Pernambuco: AHU_ACL_CU_015, Cx. 7, D. 613.

[26] 10/06/1658. “Carta LXXX – Ao Padre Provincial do Brasil (1)”. In: AZEVEDO, J. Lúcio. Cartas do Padre António Vieira. Tomo I, Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D’Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. p. 474-483.

> e o mais com que se vestem, que *tudo lhe deram os holandeses, e os portugueses nada*. Grifo nosso. (AZEVEDO, 1925, p. 478)

A presença jesuítica foi essencial para coibir a continuidade das relações entre os refugiados de Ibiapaba e os neerlandeses. Se consideremos que a presença dos padres na região alterou as dinâmicas internas de poder entre as nações, uma vez que "os de Pernambuco" buscavam afastar as outras nações do contato com os portugueses, veremos que o temor dos jesuítas e das autoridades portugueses não era infundado. Vale recordar o que estava explicito no relatório mencionado anteriormente de Caspar van Heusen (1655), na qual as recomendações para retomada de contato com os indígenas no Ceará seguiam acompanhadas por uma lista de produtos que seriam apreciados pelos indígenas, tais como "tecidos luxuosos para os chefes e linho grosso de Osnabruck para os homens comuns e as mulheres" além de "sapatos, meias, agulhas, alfinetes, martelos, contas, tesouras, facões, mosquetes, pólvora, espadas, conhaque (...) bacon e queijo". (Tradução livre. MEUWESE, 2014, p. 66) Em troca do apoio indígena Van Heusen pretendia restabelecer a ocupação neerlandesa na capitania do Ceará, tanto para continuar a infrutífera procura pelas minas de prata, que ocorria desde 1649, quanto para cultivar gêneros que vinham tendo uma valorização nos mercados europeus como o tabaco e o algodão. (MEUWESE, 2014, p. 66.)

Nesse sentido, existem vários elementos que apontam como indígenas e neerlandeses buscavam formas de manter ou retomar as relações de aliança construídas durante a experiência do Brasil Holandês. Seja pelos oficiais da WIC e seus planos de reconquista, seja pelos indígenas no exílio na Europa e no Caribe que buscavam apoio militar para auxiliar suas nações a resistirem ao domínio Português. Não temos informações sobre um apoio oficial dos Estados Gerais a nenhum dos projetos citados, mas os dados acerca de apresamentos de navios portugueses sugerem que grupos privados ainda se valiam da predação marítima, e possivelmente em algumas ocasiões, contaram com apoio de seus antigos aliados. Em todo caso, a trajetória de Antônio Paraúpaba e de Domingos Fernandes Carapeba nos Países Baixos reforça essa percepção. Ambos foram alocados em regimentos de cavalaria e enquanto o primeiro faleceu em 1656 sem ter seus pedidos atendidos, o segundo em 1657 optou por se dirigir ao Caribe a serviço da companhia, passando por Guadalupe e depois por Tobago (MEUWESE, 2012. p.182-184).

Portanto, nesse período um conjunto de fatores associados à iniciativa missionária, patrulhamento costeiro, esforços diplomáticos e a falta de coordenação entre as ações de corso neerlandês, construíram o cenário no qual as relações interculturais entre os corsários e indígenas não se consolidaram a ponto de favorecer novas invasões ou ocupações militares nos territórios da América Portuguesa. Contudo, isso não significa que a costa do Estado do Brasil estivesse livre dos efeitos da predação marítima. Além disso, novas interações entre indígenas e estrangeiros criaram entraves aos projetos portugueses de expansão e dominação nas capitanias do Norte.

Tarairiús, tapuias e piratas

Em Outubro de 1685, o capitão-mor do Ceará, Sebastião de Sá, relatava ao governador de Pernambuco uma situação preocupante: durante sua viagem para assumir o governo teve que fazer parada na cidade do Rio Grande, sendo alertado acerca da presença de piratas "flamengos" na ribeira do rio Açu. O capitão-mor enviou um mulato por mar para "descobrir o navio pirata, a certeza do que diziam e se estava ainda dentro do rio donde estava

concertando". [27] O relato que o mulato trouxe deixou Sebastião de Sá ainda mais apreensivo: no caminho para o rio Açu encontrou um barco que sinalizou e enviou uma canoa com "três homens, e um deles castelhano", esses lhe informaram que os piratas não só estavam consertando o navio, mas que também enviaram duas lanchas com quarenta homens rio adentro para saquear os currais, utilizando por guias alguns prisioneiros tomados nas embarcações capturadas. Os piratas estavam em posse de um "barco do primeiro furto, [no qual] lhe meteram artilharia e quarenta homens, e que os demais [barcos] determinam queimar e que trazem mais uma embarcação a modo de galé com vinte e quatro remos, além do patacho e gente de guerra [com] cento e sessenta homens". [28] O castelhano relatou que "havia dois anos [que] o traziam os flamengos consigo" e que conseguiu fugir dos piratas na companhia de "três índios"[29] em um barco que haviam roubado. [30]

O governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, já estava ciente dessa presença indesejada, entretanto, até aquele momento não dispunha de informações precisas. Os homens de negócio do Recife procuraram o governador para representar sobre a captura de "três ou quatro barcos passantes com gente e fazendas" destacando que os invasores escolhiam "portos desertos [nos quais] saem com armas ofensivas à terra a fazer aguadas e carnes, cujas extrações servem de grande dano a navegação desta costa, e aos povos circunvizinhos ao mar".[31] Souto Maior não fez mais do que notificar o governo-geral[32] e a Coroa recomendando que os navios que vinham "fora do corpo da frota, assim do Reino, como das Ilhas" deveriam viajar "com toda a prevenção e cautela, e capazes de toda a defesa".[33]

Pouco tempo depois, Souto Maior ordenou a prisão de Francisco de Almeida Vena, administrador dos índios do Rio Grande, e mandou tirar devassa sobre sua possível

---

[27] 13/10/1685. "Carta do capitão-mor do Ceará, Sebastião de Sá, ao governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, sobre a presença de piratas holandeses na Ribeira do Açu". Avulsos do Rio Grande do Norte: AHU_ACL_CU_018, Cx. 1. D. 24

[28] 13/10/1685. Avulsos do Rio Grande do Norte: AHU_ACL_CU_018, Cx. 1. D. 24.

[29] Arne Bialuschewski indica como as interações entre piratas e indígenas por vezes foram pautadas na coerção e na escravização, seja para fornecer mão de obra nos mercados escravos, seja para utilizá-los em suas incursões. *Cf.* BIALUSCHEWSKI, 2017.

[30] 13/10/1685. Avulsos do Rio Grande do Norte: AHU_ACL_CU_018, Cx. 1. D. 24.

[31] 02/10/1685. "Termo que fizeram os mercadores, para que se fosse um navio de aviso em ordem a não vir embarcação a este porto sem muita prevenção e capaz de toda a defesa". AUC, CA, Cod. 31, fl. 403-403v.

[32] O Marquês das Minas, governador-geral, criticou duramente o governador de Pernambuco pela falta de ação, indicando como "o navio de Piratas que andava na costa do Ceará, e Rio Grande se ausentou para a Paraíba" sem que uma expedição fosse armada para enfrentar os invasores. O governador geral autorizou que se armassem navios no Recife por conta da Fazenda Real a fim de impedir que as hostilidades continuassem. 26/06/1686. DHBN, vol. X, p.224-227. Por essa ação, o Marquês das Minas recebeu uma carta régia parabenizando pela atitude. 30/11/1686. AHU_ACL_CU_Cod,. 245, fl. 140v.

[33] 02/10/1685. AUC,CA, Cod. 31, fl. 403-403v. A coroa por sua vez reforçou as ordens para que o governo tivesse capacidade de responder a situação prontamente: "pelo que respeita aos piratas que os casos contigentes que dos navios e barcos que houver se armem os que parecerem necessários, *como sempre se fez no tempo que os holandeses infestavam essas costas*" (Grifo nosso. 11/01/1687. 1687. "Sobre andar na costa do Rio Grande hum navio de grandes forças e hum pataxo de piratas que tem tomado varias embarcações ordena que se armem os navios e barcos que houverem no Porto." Revista do IHGRN, vol. XI, 1913. p. 120-121.

cooperação com os piratas. [34] Não localizamos a devassa, mas é provável que o contato não tivesse ocorrido, visto que nenhuma das outras fontes consultadas menciona o administrador dos índios. Entretanto, em 1684 o capitão-mor do Ceará, Bento Macedo de Faria, foi denunciado pelo almoxarife da capitania por receber "três navios Holandeses e Pechelingues fazendo com eles contratos e vendas de pau violete, e outras madeiras vendendo lhe também gados e cavalgaduras (...) recebendo em troca fazendas secas e os mais gêneros do Norte".[35] A suspeita de colaboração com os estrangeiros nessa região foi frequente e chegou até a receber a proibição expressa no regimento do capitão-mor do Ceará[36].

As informações enviadas pelo governo de Pernambuco foram discutidas no Conselho Ultramarino em Abril de 1686. A consulta menciona a maioria das fontes anteriores, como a carta do capitão-mor do Ceará e o termo dos homens de negócio de Pernambuco, acrescentando o receio de que os piratas usassem os barcos tomados na costa do Brasil para apresar navios vindos de Portugal. [37] Contudo, as informações mais detalhadas sobre esses eventos vieram pelas mãos do procurador da câmara de Pernambuco. No papel que apresentou ao Conselho Ultramarino, "em nome daquele Senado e de todos os povos daquela Capitania acerca de alguns pontos tocantes ao seu aumento e conservação", o procurador detalhou que os piratas traziam "uma nau de guerra bem guarnecida a qual se acompanhava com algumas sumacas das presas que tinham feito" e que o saque dos currais do rio Açu havia sido frustrado por "alguns moradores lhe fizeram oposição para se livrarem do roubo". [38] Sobre esse episódio a patente do sargento-mor Estevão Velho de Moura, informa que ele convocou alguns moradores para combater os "corsários ingleses, que em um daqueles portos desembarcou a concertar o seu navio, e fazer pilhagens de gado, e do mais que lhe era necessário em que se lhe matou um dos principais, e se feriram dez ou doze fazendo os retirar

---

[34] Na ordem do governador é mencionado que Vena teria entrado em contato com os piratas "na praia de entre o Rio Grande e Siará [onde] capeara um navio com uma toalha branca, e de sorte, que o obrigou a botar-lhe lancha e nela se recolheu ao dito navio que era de piratas corsantes destas costas, e logo com as noticias que lhe deu, mandaram as salinas a buscar o barco de Pedro Farto que estava nelas com mais outro de Manoel Gonsalves que no mar apanharam". 29/10/1685. "Ordenou ao Ouvidor Geral devassasse de Francisco de Almeida por se meter em um navio de piratas corsantes desta costa". AUC, CA, Cod. 31, fl. 404v.

[35] 18/02/1686. "Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Pedro sobre a notícia dada pelo almoxarife Domingos Ferreira Pessoa acerca do capitão-mor do Ceará Bento Macedo de Faria haver dado entrada a três navios holandeses e comerciado com eles". Avulsos do Ceará: AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 29. As cartas do almoxarife do Ceará e do provedor da Fazenda Real de Pernambuco são as fontes que embasaram a consulta do Conselho Ultramarino. Cf. STUDART, 1922, p.117-119.

[36] 15/09/1685. AUC, CA, Cod. 31, fl. 427v-428v.

[37] "não era o caso só infestarem os piratas levantados aqueles mares antes se tinham por experiência de que já no ano antecedente e no passado tinham feito muitos roubos na costa daquela América e agora com estes barcos podiam ajudar melhor ao seu intento porque se forem os navios faltos desta notícia poderiam não (…) deles entendendo serem sumacas daqueles portos. 26/04/1686. "Sobre o aviso que faz o governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior, dos roubos que tem feito o pirata naquela costa, cuja a copia da carta que se avisa". AHU_CU_Cod. 265: Registro de consultas sobre vários assuntos referentes ao Brasil, nomeadamente à Capitania de Pernambuco (1673-1712). fl. 45-45v

[38] 29/04/1687. "Sobre o papel que nela apresentou o Procurador da Câmara de Pernambuco Theofilo Homem da Costa em nome daquele Senado e de todos os povos daquela Capitania acerca de alguns pontos tocantes ao seu aumento e conservação." AHU_CU_Cod. 265: Registro de consultas sobre vários assuntos referentes ao Brasil, nomeadamente à Capitania de Pernambuco (1673-1712). fl. 50v-52.

a seu navio". [39] Embora o saque tenha sido impedido, os piratas dominavam a costa, tomando "quatro barcos de pescaria e dois mais carregados de açúcar [vindos da Paraíba]" [40], deixando um rastro de capturas do Ceará até a costa da Paraíba. Por fim, o procurador fornecia uma informação nova, os sobreviventes do ataque relatavam que a tripulação pirata "era de várias nações, porém que saíram de Marselha e o capitão [era] francês" e pedia intervenção régia, destacando que "necessitava esta matéria de pronto remédio para que estes corsários cevados com as presas não continuassem nestes roubos", enfatizando com particularidade como essa situação levaria a perda do "respeito às armas de Vossa Majestade se não mostrasse que sabe e pode castigar as insolências e atrevimentos de semelhantes ladrões". [41]

Nesse ponto cabe destacar duas questões: a divergência sobre a origem/nacionalidade dos piratas, ora descritos como flamengos (por um fugitivo da tripulação pirata), ora como ingleses (por um morador que os combateu) e ora como franceses (pelos sobreviventes dos ataques no mar). Em parte, a resposta pode estar associada ao já conhecido caráter multinacional, multicultural e multiracial das tripulações piratas (LINEBAUGH e REDIKER, 2008, p. 177) e ainda pelo fato de que esses grupos se apresentavam de acordo com a situação, frequentemente usando bandeiras falsas para enganar suas presas, utilizando da diversidade da sua tripulação para falsear sua origem (LOPES, ARAÚJO, 2022). O outro ponto de consideração é como a atuação destes em muito se assemelha ao que os bucaneiros realizavam no Caribe, pois além de capturarem embarcações, também saqueavam cidades e vilas, estavam envolvidos com a extração de madeira, e se notabilizaram pelo modo como defumavam carnes, com o uso de uma técnica indígena, o que se associa a origem do próprio termo bucaneiro. [42] A atividade bucaneira pode ser sugerida nesses ataques pela conhecida prática desses grupos de estabelecer relações interculturais com indígenas, buscando alianças, informações, alimentos e produtos valiosos e em troca ofereciam ferramentas de ferro, produtos europeus, tecidos e armas de fogo. (BIALUSCHEWSKI, 2022, Locais do Kindle 238-255)

Durante a guerra do Açu (1687-1709) essas relações interculturais se tornaram mais evidentes. As tensões com grupos Tarairiú se intensificaram nos primeiros anos do *post-bellum,* no qual houve o choque entre indígenas e colonos que migraram para os sertões do Rio Grande

---

[39] 20/12/1688. "Carta patente de confirmação do posto de sargento-mor da Infantaria da ordenança [do Ceará] em Estevão Velho de Moura". STUDART, 1922, p. 195-196. Agradeço a Marcos Arthur Viana da Fonseca pela indicação dessa fonte.

[40] 29/04/1687. AHU_CU_Cod. 265: Registro de consultas sobre vários assuntos referentes ao Brasil, nomeadamente à Capitania de Pernambuco (1673-1712). fl. 50v-52

[41] 29/04/1687. AHU_CU_Cod. 265: Registro de consultas sobre vários assuntos referentes ao Brasil, nomeadamente à Capitania de Pernambuco (1673-1712). fl. 50v-52

[42] (BIALUSCHEWSKI, 2022, Locais do Kindle 216-221). Bialuschewski sugere que o termo bucaneiro tem origem na lingua tupi, sendo uma corruptela adaptada pelos franceses, uma vez que esses absorveram e introduziram prática da defumação de carnes em grelhas no Caribe (o que preservava o alimento por mais tempo), dando origem ao termo que passou a designar os grupos que se notabilizaram por saques na região. (BIALUSCHEWSKI, 2022, Locais do Kindle 256-268.) Manuel Lucena Samoral baseou-se em Alexander Exquemelin (1678), para atribuir a origem da palavra aos grupos indígenas da região: "Los bucaneros fueron una creación exclusivamente americana. Tomaron su nombre de la palabra *bucan* o *boucan*, que parece ser de origen karib — para otros historiadores es arawak, lo que es más improbable— y se refería, según Exquemeling, a la forma en que los indios (caribes) asaban la carne". (LUCENA SALMORAL, 1992, p. 41)

para desenvolver a pecuária.[43] A dinâmica implacável dos ataques indígenas impressionou as autoridades, sobretudo pela incorporação de elementos como armas de fogo e montarias. O relato de Roulox Baro (1651), indica que os Janduís já haviam incorporado o uso de cavalos, possivelmente antes da invasão holandesa, ao passo que o emprego da cavalaria nas forças portuguesas no Estado do Brasil era muito insipiente.[44] O elemento equestre representou uma mudança significativa no modo de guerra Tarairiú, traduzindo numa vantagem tática aos indígenas como se viu anos depois durante a guerra do Açu (BEL; FRANÇOZO, 2023. p. 243; VELDEN, 2020. p. 82-83). Além disso, o relato de Gregório Varela de Berredo Pereira destacou a capacidade dos "tapuias" de adaptarem essas tecnologias ao seu modo de guerra: "não sabiam tirar com espingardas, mas já hoje o fazem melhor do que nós e trazem muitas dos vaqueiros que tomaram e algumas presas mais que tiveram". (MELLO, 1979, p. 265) O uso frequente das armas de fogo impôs sérias restrições ao avanço luso-brasileiro na guerra, de modo que frei Manuel da Ressurreição, que exercia o governo interino na Bahia, observou com desconfiança o fato de que por vários anos "não faltou pólvora nem bala" aos indígenas "porque sendo certo que eles a não fazem, ou lhe vai da nossa parte, ou lhe vem de outra de fora", destacando que ouvira "que o Pirata por resgate de alguns gados lhe metera alguma [pólvora]: porém esta, não pode ser tanta que suprisse tão largo tempo".[45] Isso indica como as relações interculturais entre indígenas e piratas foram marcadas por trocas que favoreciam os interesses de ambas as partes.

Uma reação comum das autoridades portuguesas nos primeiros anos do conflito foi o envio de reforços militares e de munições para as fortalezas do Rio Grande e do Ceará. Essa prática gerava gastos constantes e eram justificadas pelas autoridades pelo temor de deixar à costa desprotegida ao "arbítrio dos Piratas que freqüentam aquela costa de cuja comunicação com os Bárbaros não há pouco veementes indícios".[46] Os oficiais da câmara de Natal foram enfáticos nos pedidos de auxílio para o governo de Pernambuco, ressaltando que uma vez desprotegida, a capitania se tornaria "porta aberta para os piratas e os mais [prejuízos] que já seguem da falta das carnes que para essa praça vão e tudo redunda em grande diminuição da coroa".[47]

As notícias dos contatos entre indígenas e piratas circularam para além da região do conflito, como vemos na carta do padre Antônio Vieira para desembargador Diogo Marchão Temudo, na qual se destacava como a predação marítima trouxe agravantes para as dinâmicas internas de poder no Estado do Brasil: a "costa de dois anos a esta parte anda infestada de

[43] O conflito é bem explorado pela historiografia que esmiúça as motivações e as dinâmicas de condução da guerra: (PIRES, 1990; PUNTONI, 2000; SILVA, 2019).

[44] A título de comparação, na capitania da Bahia haviam poucas companhias de cavalaria, de modo que encontramos apenas 10 provimentos para os oficiais desse tipo passadas entre 1650-1681: alferes de cavalos (6); tenente de cavalos (2); capitão de cavalos (2). (ARAÚJO, 2018. p. 197-198). Em Pernambuco o governador Francisco Brito Freire (1661-1664) foi responsável por criar as primeiras companhias de cavalaria nas tropas de ordenança, mobilizando os moradores que possuíam as montarias. (SILVA, 2012. p. 217).

[45] 30/11/1688. "Carta do Arcebispo Frei Manuel da Ressurreição para os Mestres de Campo Antônio de Albuquerque da Câmara e Domingos Jorge Velho." DHBN, vol. X, p. 347-350.

[46] 13/03/1688. "Carta Mathias da Cunha que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Souto Maior sobre a guerra do Gentio bárbaro do Rio Grande". DHBN. v. X, p.263-267.

[47] 29/05/1688. Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior. Livro 2° Registro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673 a 1690) fl. 111v-112

corsários, particularmente franceses, dos quais alguns em melhor hábito que de corsários foram achados sondando-nos os portos, e ensinando os bárbaros a manear as armas europeas". (AZEVEDO, 1928, p. 543.) Nesse sentido, não foi nenhuma surpresa quando em 1689 o sargento-mor Cristovão de Mendonça capturou Canindé, o "rei dos Janduís", acompanhado de um "corsário batizado" [48], materializando aquilo que diversos relatos vinham sugerindo acerca dos contatos frequentes entre os indígenas e os estrangeiros. Contudo, o cativeiro de Canindé e dos outros indígenas foi considerado em desacordo com os princípios da "guerra justa", e uma ordem régia de 1691 conferiu a liberdade aos indígenas (PUNTONI, 2000. p. 155-156).

No ano seguinte, o "rei dos Janduís" enviou uma embaixada para negociar um acordo de paz com o governador-geral. O estatuto político do acordo era de vassalagem, isto é, através desse acordo os indígenas reconheciam o rei português como seu monarca, se submetiam à sua autoridade e se comprometiam a exercer funções militares, econômicas e religiosa, obtendo em contrapartida um relativo grau de autonomia política sobre o território que habitavam (Cf. FONSECA, 2022, p.317-318). No tratado de 1692 os Janduís se comprometiam, no artigo 4°, a combaterem qualquer "Armada inimiga [que] venha invadir" as capitanias desde a Bahia até o Rio Grande, disponibilizando "cinco mil homens de armas todos a ordem do Governador e Capitão Geral que for deste Estado para com aviso seu marcharem a qualquer hora e tempo" (ENNES, 1938. p. 423-424). De modo semelhante, pelo artigo 5°, concordavam em "fazer guerra a todo o gentio de qualquer nação que seja" e "ser amigos das nações de que os Portugueses o forem e inimigo das contrarias a nação Portuguesa" (ENNES, 1938. p. 424). Foram esses "Janduís" do Açu, que após um segundo tratado de paz em 1695, foram equipados com armas de fogo e convocados a atacar os Paiacú no Apodi no começo de 1700 (POMPA 2001, p. 289).

Desse modo, é provável que os contatos entre indígenas e piratas nessas regiões tenham diminuído significativamente por uma série de fatores: as guerras entre as potências européias (segunda guerra anglo-inglesa, 1665-67; terceira guerra anglo inglesa, 1672-74; guerra dos nove anos 1688-1697) levaram os corsários para outros mares, o que explica também porque os apresamentos se deslocam para as capitanias do Sul (HANNA, 2020, p. 5); as expedições guarda-costas conseguiam mesmo que irregularmente patrulhar e assegurar a navegação na costa; e o avanço da guerra nos sertões em conjunto com a ação missionária restringiu os contatos frequentes com os estrangeiros. Portanto, o prolongado conflito provocou diversas mudanças na organização desses grupos indígenas, que viram nas alianças e na submissão aos portugueses um modo de sobreviver e manter sua liberdade em face ao progressivo avanço do povoamento pelo sertão. [49]

Considerações finais

A predação marítima interferiu diretamente em dinâmicas políticas, econômicas e sociais da América Portuguesa. Quando consideramos que grupos de corsários e piratas

---

[48] 02/04/1691. "Carta de Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho para o Capitão-mor do Rio Grande Agostinho César de Andrade". DHBN, v. X, p. 408-410.

[49] Das seis expedições contra a predação marítima lançadas entre 1685-1704, cinco destinavam a patrulhar "da costa da Bahia até o extremo sul da América portuguesa" e dos quatro grupos de piratas capturados no mesmo período, apenas um foi apreendido na costa de Pernambuco, em 1698. (ARAÚJO, No prelo)

mantinham relações interculturais com grupos indígenas, podemos apreender interações que revelam ao mesmo tempo como esses grupos conseguiam obter apoio para atacar a navegação portuguesa, saquear vilas e realizar contrabando, e como algumas nações indígenas buscaram nessas trocas os meios para manter sua liberdade e seus modos de vida.

Como observamos vários foram os elementos que as autoridades portuguesas utilizaram para coibir esses contatos e evitar que essas alianças resultassem em prejuízos e ameaças ao domínio portugues na América: o emprego de expedições guarda-costa, o aldeamento missionário, acordos diplomáticos e guerra contra os povos que resistiam ao controle português. Em todo caso, os exemplos aqui analisados apontam para o papel desses agentes nas dinâmicas de oposição à construção imperial. Corsários e indígenas poderiam cada um a sua maneira resistir e frustrar os projetos coloniais das autoridades portuguesas, e quando trabalhavam em conjunto sua ação desarticuladora era potencializada. A ocupação neerlandesa das capitanias do Norte exemplifica isso, e os projetos de reconquista do Brasil apresentavam a aliança e cooperação com os indígenas como elemento chave.

Referências

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo-geral (1642-1682). Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. "Os corsários continuam a correr estas costas": expedições navais e defesa costeira no Estado do Brasil (1655-1704). In: FERNANDES, Valter Lenine; DIAS, Thiago Alves (Orgs.) Os Portos no Contexto dos Impérios Coloniais na Época Moderna. (no prelo)

AZEVEDO, J. Lúcio. Cartas do Padre António Vieira. Tomo I. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D'Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925.

AZEVEDO, J. Lúcio. Cartas do Padre António Vieira. Tomo III. Coordenadas e anotadas por J. Lúcio D'Azevedo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

BEL, Martijn van den; FRANÇOZO, Mariana. The Tapuia of northeastern Brazil in Dutch sources (1628-1648). Leiden ; Boston: Brill, 2023.

BIALUSCHEWSKI, Arne. Slaves of the Buccaneers: Mayas in Captivity in the Second Half of the Seventeenth Century. Ethnohistory, v. 64, n. 1, p. 41–63, 2017.

BIALUSCHEWSKI, Arne. Raiders and natives: cross-cultural relations in the age of buccaneers. Athens: The University of Georgia Press, 2022. (Edição do Kindle)

BECK, Mathias. "Carta que, de Barbados, escrevia Mathias Beck em 8 de Outubro de 1654".In: CÂMARA, José Aurélio. Aspectos do domínio holandês no Ceará. Revista do Instituto do Ceará, v. LXX, p. 5–36, 1956.

BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. v. 5 (1650-1668): Ordens, regimentos, provisões, alvarás e correspondências dos governadores geraes: Conde de Castello Melhor; Conde de Athouguia; Francisco Barreto; Alexandre de Souza Freire; Conde de Óbidos. Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1928.

BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. v. 10 (1671-1692): Correspondência dos governadores geraes: Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça; Roque da Costa Barreto, Antonio de Sousa de Menezes, Marquês das Minas, Mathias da Cunha, Frei Manuel da Resurreição, Antônio Luiz da Câmara Coutinho e da Junta Trina. Rio de Janeiro: Augusto Porto e Companhia, 1929.

BIBLIOTECA NACIONAL. Documentos Históricos. v. 66 (1651-1667) Cartas régias. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, 1944.

BINDER, Franz. "Die zeeländische Kaperfahrt 1654–1662". Archief: Mededelingen van het Zeeuwsch Genootschap der Wetenschappen, v. 42, n. 1976, p. 40–92, 1976

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil, 1624-1654. Recife: Companhia Editoria de Pernambuco, 2004.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Os governos das Capitanias do Norte: poder, jurisdição e conflitos (1645-1750). Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2022.

ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

HAECXS, Henrique. Diário de Henrique Haecxs (1645-1654). Trad. Frei Agostinho Keijzers. Anais da Biblioteca Nacional, v. 69, 1950.

HAJSTRUP, Peter Hansen. Viagem ao Brasil, 1644-1654. Recife: CEPE Editora, 2019.

HANNA, Mark G. "Piracy in Colonial North America". Oxford Research Encyclopedia of American History. Oxford University Press, 2020.

HEMMING, John. Red gold: the conquest of the Brazilian Indians. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1978.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656. Revista de História, v. 154, p. 37–69, 2006.

ISRAEL, Jonathan. "An Amsterdam Jewish Merchant of the Golden Age: Jeronimo Nunes da Costa (1620-1697), Agent of Portugal in the Dutch Republic". Studia Rosenthaliana, v. 18, n. 1, 1984.

MAIA, Lígio de Oliveira. Cultores da vinha sagrada: índios e jesuítas na missão da Serra de Ibiapaba (Século XVII). Natal: EDUFRN, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral. O negócio do Brasil. Portugal, Os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542–1654. Recife: Massangana, 1989.

MELLO, José Antônio Gonsalves de, Testamento do General Francisco Barreto de Menezes; A cartografia holandesa do Recife; A rendição dos holandeses no Recife: (1654), Recife: CEPE, 2018.

MEUWESE, Mark. "The Opportunities and Limits of Ethnic Soldiering The Tupis and the Dutch-Portuguese Struggle for the Southern Atlantic, 1630–1657." In: LEE, Wayne E. (Org.). Empires and indigenes: intercultural alliance, imperial expansion, and warfare in the early modern world. New York: New York University Press, 2011.

MEUWESE, Mark. Brothers in Arms, Partners in Trade: Dutch-Indigenous Alliances in the Atlantic World, 1595–1674. Leiden: Brill, 2012.

MEUWESE, Mark. From Dutch Allies to Portuguese Vassals: Indigeneous Peoples in the Aftermath of Dutch Brazil. In: VAN GROESEN, Michiel. (Ed.) The Legacy of Dutch Brazil. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2014.

MEUWESE, Mark. "Dutch-Indigenous Relations in the Atlantic World". Oxford Research Encyclopedia of Latin American History. Oxford University Press, 2020.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, SP, Brasil: FAPESP : Editora Hucitec : Edusp, 2000.

ROMMELSE, Gijs. 'Political agendas and the contestable legality of privateering: the case of the Dutch Portuguese War (1657–1662)'. Forum Navale, v. 69, p. 10–33, 2013.

ROOS, Doeke. Zeeuwen en de Westindische Compagnie (1621-1674). Hulst: Van Geyt Productions, 1992.

LOPES, Quelen Ingrid; ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. "Adversidades e reivindicações dos homens do mar: dinâmicas em torno da cobrança de soldadas e protestos contra a ação corsária na marinha mercante lusa (c.1788 - c.1822)". Revista Mundos do Trabalho, v. 14, p. 1–23, 2022.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LUCENA SALMORAL, Manuel. Piratas, bucaneros, filibusteros y corsarios en América: perros, mendigos y otros malditos del mar. Madrid: Ed. MAPFRE, 1992.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-1690). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. LI, 1979.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. Testamento do General Francisco Barreto de Menezes; A cartografia holandesa do Recife; A rendição dos holandeses no Recife: (1654). Recife: CEPE, 2018.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

POMPA, Maria Cristina. Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Doutor em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo, SP, Brasil: FAPESP : Editora Hucitec : Edusp, 2000.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. Igreja e estado no Brasil holandês (1630 a 1654). 3a edição em português (revista). São Paulo, SP: Editora Cultura Cristã, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B. "Looking for a New Brazil: Crisis and Rebirth in the Atlantic World after the Fall of Pernambuco". In: VAN GROESEN, Michiel. (Ed.) The Legacy of Dutch Brazil. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei. "Francisco de Brito Freyre e a reforma militar de Pernambuco no século XVII. In: POSSAMAI, Paulo César. (Org) Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil: estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos Editora, 2012.

SILVA, Kalina Vanderlei. "Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na 'Guerra dos Bárbaros' (1651-1704)". Estudos Ibero-Americanos, v. 45, n. 2, p. 77, 2019.

STUDART, Guilherme. "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará. Colleção Studart". Revista do Instituto do Ceará, v. 36, p. 97-230, 1922.

TEENSMA, Benjamin Nicolaas. " 'O projeto secreto' de 1655 para fundar uma colônia neerlandesa na Baía de Tamandaré em Pernambuco" In: WIESEBRON, Marianne (Org.). O Brasil em arquivos neerlandeses (1624 - 1654): Companhia das Índias Ocidentais Velha: cartas enviadas pelos diretores XIX atas diárias do alto e Secreto Conselho do Brasil. Vol 4. Leiden: Leiden Univ. Press, 2011

VELDEN, Felipe Vander. "A Tapauya 'Equestrian Nation'? Horses and Native Peoples in the Backlands of Colonial Brazil." In: BIBBY, Miriam A.; SCOTT, Brian G. The materiality of the horse. Budapest: Trivent, 2020.

VIEIRA, Padre Antônio. "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba pelo Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus". Revista do Instituto do Ceará, v. 18, p. 86–138, 1904.

VIRAÇÃO, Francisca Jaquelini De Souza. De regedor a refugiado, o protagonismo de Domingos Fernandes Carapeba no império atlântico holandês. Oficina do Historiador, v. 11, n. 2, 2018.